

**REFLEXO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS PELOS PRODUTORES DE LEITE
DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE GUAPÓ - GO.**
Área temática: Gestão Ambiental e Sustentabilidade

Elizabeth Pereira

evpporto@gmail.com

Lorena Souza

lorena2_souza@hotmail.com

Matheus Bastos

matheus.bastos.gpo@gmail.com

Jediel Mendes

jediel@pucgoias.edu.br

Alexandre Paranaíba

alexandrec@pucgoias.edu.br

Resumo: *Este artigo tem por objetivo levantar as informações inerentes ao uso da temática contábil na agricultura familiar, em especial, a produtora de leite no município de Guapó – GO. Os dados colhidos através de uma pesquisa de campo, onde foram aplicadas dezessete questões e a análise dos dados evidenciou que mais da metade dos produtores utiliza de alguma forma de registro das próprias contas. Verificou-se, também, que existe uma grande resistência de tais produtores na adoção da contabilidade como ferramenta gerencial. E eles nem sempre sabem se com a atividade deles, obtiveram lucro ou prejuízo. O estudo, no caso, permitiu concluir que a resistência desses produtores no agronegócio ainda persistirá por um longo tempo se conscientizarem da necessidade e da importância da contabilidade na atividade rural.*

Palavras-chaves: *Agronegócio, Agricultura Familiar, Contabilidade, Sustentabilidade, Viabilidade econômico financeira.*

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar ocupa hoje grande destaque na economia brasileira, e, principalmente no estado de Goiás, com 80% das propriedades rurais, assim identificadas pelo IBGE, censo de 2006 e representa a maioria dos produtores rurais no Brasil, reunindo aspectos importantes, como, a família, o trabalho rurícola, a produção e as tradições culturais. Porquanto, a agricultura familiar é a em que, ao mesmo tempo a proprietária tem a posse da terra e também assume, nela, os trabalhos de produção agrícola.

De cada três propriedades rurais classificadas como de agricultura familiar, uma é produtora de alguma quantidade de leite no Brasil, o que demonstra a importância delas para tal segmento pois, a propriedade de agricultura familiar contribui para o abastecimento do mercado interno e até o externo.

A região Centro-Oeste é uma das que mais desenvolve a pecuária leiteira no âmbito da agricultura familiar. O município de Guaporé – GO, conforme o censo do IBGE (2006) conta com 466 propriedades rurais e que, em sua grande maioria, fazem parte da agricultura familiar, cuja atividade principal é a produção de leite.

Considerando-se o município de Guaporé – GO, verificou-se, pelo nível sócio-cultural dos produtores que há fragilidades e até mesmo resistência quanto ao uso de informações contábeis, o que demonstra que tais produtores ainda se encontram em uma zona desfavorável da informação contábil para uma tomada de decisão na gerência da propriedade, abstendo-se da característica e forma tradicional do manejo da propriedade, para, então, considerá-la como um local de atividade de uso próprio e de geração de receita.

Em tal sentido, ao observar um grupo social identificado, como agricultores familiares, é possível indagar sobre o uso das técnicas contábeis por eles utilizadas.

A contabilidade, por ser uma ciência social aplicada, utiliza de uma metodologia para “captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer entidade” (FEA/USP, 2010, p. 01).

Assim, a contabilidade rural tem como objetivo orientar o produtor rural no acompanhamento dos custos, das despesas e da rentabilidade, e, dessa maneira, o produtor pode minimizar ou eliminar desperdícios e melhorar a própria eficiência produtiva. As informações contábeis, também, auxiliam na redução dos custos e das despesas, para que, ao

final do exercício, os lucros sejam apurados com confiança, ensejando que, num futuro próximo, se tomem as melhores decisões de negócio.

Os produtores de leite da agricultura familiar, na gestão do próprio negócio, mesmo sem ter uma contabilidade formalizada, fazem o uso de informações contábeis peculiares no mister que desenvolvem. De modo que, o controle do rebanho, da produção e da venda de leite ocorre por apontamentos em cadernetas, ou em simples cadernos de anotações. Assim, em sua grande maioria, os produtores acabam utilizando a informação contábil sem técnica de escrituração e sem uma estruturação ou nomenclaturas técnicas.

Pelo exposto até aqui, o presente artigo busca responder esta questão: Quais as fragilidades inerentes às informações contábeis utilizadas para o desempenho financeiro dos agricultores familiares produtores de leite no município de Guapó - GO?

Nesse contexto, o objetivo geral da pesquisa é o de levantar as informações inerentes ao uso da temática contábil na agricultura familiar no referido município, a fim de viabilizar a atividade leiteira. E, pelos objetivos específicos, apresentar e conceituar a agricultura familiar e a atividade leiteira, bem como; identificar a informação contábil caracterizada para as atividades zootécnicas, identificando os pontos frágeis no uso das informações contábeis pelos referidos produtores, verificando a inter-relação produtor-contabilidade e, ainda, evidenciar o uso ou não da contabilidade nas tomadas de decisões na propriedade rural.

Esse artigo se justifica pela necessidade de descobrir as fragilidades das informações contábeis, buscando o conhecimento de quais ferramentas contábeis são utilizadas por tais produtores, de modo a serem identificadas, para criar mecanismos e auxiliar no desempenho financeiro da dita produção.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Os registros de informações existentes no século XXI podem ser utilizados como veículos de identificação e meios de captação de recursos das manifestações oriundas da esfera dos produtores de agricultura familiar e sua identidade, quando vista, sob a ótica do conhecimento contábil, são empíricos.

2.1 CONTABILIDADE

Nesse sentido, ao observar um grupo social identificado, como de agricultores familiares, é possível inquirir sobre o uso das técnicas contábeis utilizadas. A contabilidade, por ser uma ciência social aplicada, utiliza de uma metodologia para “captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer entidade” (FEA/USP, 2010, p. 01).

Além de fornecer as demonstrações contábeis básicas (balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício). A contabilidade dispõe de um fluxo contínuo de informações sobre os mais variados aspectos da gestão financeira e econômica de uma entidade, proporcionando uma tomada de decisão mais segura, indicando a posição atual e o grau de acertos ou desacertos das decisões anteriores (FEA/USP, 2010).

2.1.1 CONTABILIDADE RURAL

Marion (2002, p. 25), por sua vez, afirma, em seu livro, “Contabilidade Rural”, quanto à utilidade da Contabilidade, tendo como ponto de partida, o raciocínio geral que é responsável por identificações preliminares, onde é introduzido sua temática e posteriores, repassada e adequado a um grupo específico de acordo com a necessidade e identidade dele, “quando aplicada a um ramo específico, normalmente é denominada de acordo com a atividade daquele ramo”. Dessa forma, a Contabilidade Rural é uma contabilidade geral aplicada às empresas rurais que exploram a terra por meio do cultivo do solo, da criação de animais e da transformação de determinados produtos agrícolas.

A criação de animais que vivem em coletividade (rebanho) é a atividade da pecuária. A pecuária sempre esteve entre as principais atividades do setor rural. Todavia, é necessário desmistificar o termo *pecuária*, pois, ele não se aplica apenas à criação de gado. Nesse propósito, Crepaldi (1998, p. 197) afirma em sua obra “Contabilidade Rural” que o termo pecuária, também, se aplica a outros criatórios:

Quando se refere às atividades da pecuária, logo se faz associação com gado *vacum* (bois e vacas); entretanto, elas se referem à criação de gado em geral, ou seja, animais que vivem em coletividade (rebanho) quer seja bois e vacas, búfalos, carneiros, ovelhas e, entre outros, as aves que incluem frango, pato marreco, faisão, peru etc.

Marion (2002, p. 106) afirma que existem três tipos de atividades na pecuária bovina, a saber:

1. Cria: a atividade básica é a produção de bezerros que só serão vendidos após o desmame. Normalmente, a matriz (de boa fertilidade) produz um bezerro por ano.
2. Recria: a atividade básica é, a partir do bezerro adquirido, a produção e a venda do novilho magro para a engorda.
3. Engorda: a atividade básica é, a partir do novilho magro adquirido, a produção e a venda do novilho gordo.

A pecuária pode, também, se dedicar à produção de leite, de forma que, uma variante da função “cria”, só com foco na produção leiteira, são mais valorizadas as “crias” fêmeas, haja vista a atividade fim, produção leiteira.

As atividades agrícolas subsidiam, ou podem ser os insumos que fomentam a pecuária no que tange à alimentação ou trato do próprio animal. Este elemento forma o custo final do produto que pode ser identificado como “culturas temporárias” e “culturas permanentes”. Destarte, a classificação contábil está relacionada ao tipo e à atividade operacional da atividade agrícola.

Segundo o Pronunciamento Técnico CPC 29 (2009, p. 04) em suas definições relacionadas com a área agrícola determina que colheita “é a extração do produto de ativo biológico ou a cessação da vida desse ativo biológico”. A partir deste conceito, Marion (2002) separa as culturas, como temporárias e permanentes, sendo as culturas temporárias as quais proporcionam apenas uma colheita, necessitando de um replantio após a colheita, consideradas na contabilidade como estoque. Já as culturas permanentes são denominadas assim, por estarem vinculadas ao solo e por terem seu tempo de vida útil mais longo, além de proporcionarem mais de uma colheita, deve-se escriturá-las, portanto, como imobilizado.

2.2 AGRICULTURA FAMILIAR

A identificação de um grupo social de agricultura familiar pode partir de vários conceitos que se reformulam no tempo. Por isso, a agricultura familiar, como objeto de estudo, tomou uma identidade no Brasil, a partir da Lei 11.326/2006, que, assim, a definiu, levando-se em conta a identificação da área laborada e os componentes da propriedade. Mas, ao observar a estrutura e formação gestora, pode-se fazer uma indagação a cerca das propriedades consideradas, ou não, de agricultura familiar. Haja vista que muitas

propriedades, não obstante a área do módulo rural, são geridas pela própria família possuidora.

A agricultura familiar contribui muitíssimo com a economia brasileira, ainda que um grupo de identidade heterogênea, participando efetiva e constantemente do desenvolvimento econômico e social do País. De tal forma, a agricultura familiar, a cada momento torna-se alvo de fortes argumentações, tanto na esfera social como na econômica.

Senão, veja-se a lição abaixo:

A agricultura familiar emerge como um sistema social complexo cuja diversidade lhe confere variadas funções, que lhe permitem fazer múltiplas contribuições à sociedade brasileira. Por sua importância incontestável, a agricultura familiar está incluída na definição das políticas públicas de vários países, embora não haja consenso internacional quanto ao significado do conceito de agricultura familiar. No caso brasileiro, com a política de inclusão social do governo, a agricultura familiar é considerada tanto como instrumento de desenvolvimento socioeconômico (como fonte de emprego e veículo de segurança alimentar, de qualidade do produto e de proteção ao meio ambiente) quanto como instrumento político de fortalecimento da democracia. (CRESTANA e SOUSA, 2006, p. 12).

O estudo de Crestana e Sousa, 2006, p. 13 apud IBGE, 2006 apontou que a agricultura familiar respondeu com 3,6% do PIB brasileiro, em 2003. Somando-se aos 5,7% da agricultura patronal, totalizando 9,3% da participação da agropecuária no PIB nacional daquele ano.

O perfil da agricultura familiar é voltado para a distribuição e sistema produtivo. E, com isso, é evidente ressaltar que as vantagens e os incentivos para essa classe de produtores familiares são de suma importância para propiciar o desenvolvimento rural e o aumento da procura por semelhantes atividades.

2.2.1 ASPECTOS LEGAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Na agricultura familiar, o método de produção é composto de forma simultânea entre gestão e trabalho, onde agricultores familiares conduzem o processo produtivo e utilizando de diferentes ideias, reforçando, assim, a diversificação no trabalho familiar.

O reconhecimento legal da Agricultura Familiar se deu com a Lei nº 11.326, 24 de julho de 2006 - Lei da Agricultura Familiar – que em seu art. 3º, considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades rurais, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- Utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- Tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

E, para a valorização, modernização e, conseqüentemente, a profissionalização do sistema de produção, criou-se um programa para ampliar e fortalecer o ramo do agronegócio, gerando aumento de rendas e agregando valores aos produtores e às propriedades da agricultura familiar.

Mesmo com as dificuldades no início de implantação da legalidade, o Pronaf vem mostrando ser um grande estimulador à inclusão produtiva da agricultura familiar.

Guanziroli e Cardim (2000) afirmam que os agricultores familiares já demonstraram mais eficientes no uso do crédito rural que os agricultores patronais, pois, produzem mais com menores recursos.

As linhas de crédito dos bancos, para financiamento do agronegócio se tornou comum no Brasil, sendo que os grandes produtores dão, em garantia, as propriedades, as benfeitorias e maquinarias, enquanto, os produtores familiares têm, na própria produção, uma certeza de lucro para quitar as dívidas com o banco e, ainda, ver na sobra o fruto do esforço pessoal.

2.3 PRODUÇÃO LEITEIRA

No Brasil, a atividade leiteira é praticamente predominante em todas as regiões. E, em cerca de 1,8 milhões propriedades rurais, 80% são de unidades familiares de produção. O potencial de empregabilidade da mão de obra da família é bastante considerável, levando em conta que, para cada U\$ 2,500.00 obtidos com a venda de leite e derivados, um posto de trabalho, permanente ou fixo, é gerado. (ALTAFIN et al, 2011).

A pecuária leiteira é uma das principais atividades desenvolvidas entre os agricultores familiares, e se faz presente em cerca de 36% das propriedades classificadas como de economia familiar, contribuindo com 52% do valor bruto da produção agrícola.

Nas regiões Sul e Centro-Oeste, há um maior número de propriedades de agricultura familiar com a pecuária leiteira. (GUANZIROLI E CARDIM, 2000).

De acordo com Nascimento et al (2009), os gestores da pecuária leiteira utilizam poucos recursos administrativos e não tem consciência da importância das ferramentas contábeis e como elas auxiliam no processo de decisão gestora. O planejamento estratégico no meio rural revela um campo de estudo incipiente, que apresenta importantes contribuições da prática administrativa, também, no universo rural.

No Brasil a pecuária leiteira pode ser classificada em dois tipos básicos, produtores especializados e produtores não especializados. Os produtores especializados são os produtores que apresentam como atividade principal a produção de leite, conseguida a partir de rebanho leiteiro especializado que apresenta tecnologia, diferenciação de produto. Os produtores não especializados são produtores que trabalham de maneira incipiente, com baixa tecnologia. E grande parte destes produtores considera o leite como “subproduto do bezerro de corte”, a atividade leiteira apresenta-se como meio de subsistência e não empresarial. No aspecto financeiro estes produtores trabalham com baixos retornos agregados com pouco nível de investimentos na produção. (NASCIMENTO, et al, 2009, apud JANK & GALAN, 1998).

A produção leiteira no Brasil, no período de 1996 a 2004, apresentou crescimento de 2,96% ao ano, mesmo com a diminuição do número de vacas de ordenha. E, tal ocorrência se deu com o aumento da produtividade média por cabeça de vaca. Quando considerada a receita dos produtores, observou ganhos em volumes, mas o preço médio recebido não evoluiu na mesma proporção (NASCIMENTO, et al, 2009, apud PONCHIO, et al, 2005).

Estima-se que o setor envolva cerca de 3,6 milhões de pessoas, produzindo aproximadamente 25 bilhões de litros de leite por ano, provenientes de um dos maiores rebanhos do mundo. No período de 1995-2008, o produto lácteo nacional registrou um aumento 74,7% no volume de leite produzido (mil litros) e de 407,5% no valor da produção (IBGE, 2006).

3 METODOLOGIA

A pesquisa inerente à produção leiteira pela agricultura familiar do município de Guapó, GO, foi feita através da pesquisa de campo, na qual o grupo foi identificado e analisado em relação as identificações do uso da informação contábil, assim, definido por Severino (2007, p. 123):

Na pesquisa de campo, o objeto é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta de dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador.

Abrange desde os levantamentos, que são mais descritivos, até estudos mais analíticos.

Os procedimentos para a condução do estudo foi bibliográfico e o levantamento de dados, através de questionários.

A pesquisa bibliográfica foi um passo inicial para o estudo, buscando e utilizando livros e artigos para sustentar dados importantes relacionados à pesquisa.

O levantamento de dados sobre a fragilidade das informações contábeis foi obtido por meio de questionários, aplicados aos produtores de leite da agricultura familiar do município de Guapó – GO, angariando o conhecimento de quais ferramentas contábeis eles utilizam, de modo a identificar-lhes as fragilidades.

Segundo Gil (2002, p.128), questionário é, “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, expectativas, situações vivenciadas”. Esse autor mostra que a maior vantagem desse tipo de instrumento é que ele consegue atingir um numero maior de pessoas, quando se utiliza de entrevistas, porque, além de obter respostas pontuais a perguntas específicas, pois, o ideal é que tais questionários contemham questões objetivas de múltipla escolha, onde o entrevistado marca apenas uma resposta como a correta para ele.

Lakatos e Marconi (2005) ressaltam que é preciso tomar alguns cuidados ao elaborar o questionário como: conhecimento do assunto, seleção de questões que sejam pertinentes para a pesquisa, limitado em extensão e finalidade, codificado a fim de facilitar a tabulação, indicação da entidade organizadora do questionário acompanhada por instrução e boa apresentação estética.

O questionário foi elaborado com questões fechadas, de forma que facilite a resposta do produtor rural pesquisado. Com relação à abordagem do problema, a pesquisa é qualitativa e quantitativa. A análise qualitativa proporcionou a análise dos dados, enquanto a pesquisa quantitativa proporcionou que os dados coletados fossem quantificados, organizados e demonstrados em tabelas.

A população da pesquisa são os produtores de leite da agricultura familiar localizados na zona rural do município de Guapó – GO, a 50 km da capital do Estado. Amostra selecionada foi de 20 produtores.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para analisar como a Contabilidade é percebida e praticada pelos agricultores familiares produtores de leite do município de Guapó - GO, foram entrevistados 20 produtores do universo de 466 propriedades existentes no município (IBGE, 2006).

A pesquisa foi realizada por meio da aplicação de um questionário que segue em anexo. A partir de sua análise buscamos evidenciar quanto ao conhecimento, uso, da informação contábil na agricultura familiar produtora de leite.

Os entrevistados correspondem a 65% são homens e 35% são mulheres. 30% dos entrevistados possui idade acima dos 60 anos e 70% entre 36 a 59 anos. O grau de escolaridade revela 65% possuem apenas o primeiro grau. Ressalta-se que o estudo não determina se o agricultor sabe fazer o controle. Há casos presentes na pesquisa de que os agricultores com o ensino primário de 1ª à 4ª Série Incompleto realiza o controle de suas produções e de agricultores com Ensino Médio Completo não fazem esse controle.

Tabela 1 – Tamanho das Propriedades

Tamanho das Propriedades em Hectares	Quantidade	(%)
Menos de 10 hectares	4	20
11 a 20 hectares	7	35
21 a 50 hectares	7	35
51 a 84 hectares	1	5
85 a 99 hectares	0	-
Mais de 100 hectares	1	5
Total	20	100

Fonte: os autores, 2015.

Guanziroli e Cardim (2000), ao definirem o conceito de agricultura familiar determinam que para ser considerada como tal a propriedade deve estar dentro de um limite estabelecido, de até 4 módulos fiscais, para cada região do país, que no caso da região centro-oeste em hectares, a média é de 84 ha. Mais precisamente no município de Guapó - GO um módulo fiscal corresponde a 22 ha (LANDAU, et al, 2012).

Conforme a tabela 1 verificou-se que 20% dos agricultores possuem uma área de até 10 hectares. Um número significativo de agricultores, 35% possui área entre 11 a 20 e hectares e mais 35% possui área de 21 a 50 hectares. 5% representam os agricultores que possui área entre 51 a 84 hectares e 5% mais de 100 hectares.

Quanto à identificação de um grupo para efeito legal, variações são consideradas quanto à cultura e a economia. Neste sentido ao ser observado na Lei 11.326/2006, onde se trata a questão de políticas públicas para atender as propriedades rurais de pequeno porte surge à identificação de Agricultura Familiar. No contexto desta lei criada como enredo para financiamento ao agricultor criaram-se condições de identificação no qual limita a participação do produtor pelos itens condicionados. Em seu art. 3º da Lei 11.326/2006, considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades rurais, atendendo, simultaneamente, aos quatro requisitos, citados anteriormente.

Verifica-se, conforme tabela 1, que apenas um agricultor possui, ou seja, 5%, mais de 100 hectares o que pela legislação não se enquadra na agricultura familiar. Porém visto e questionado quanto ao grupo social, o agricultor tendo algumas características que não sejam linear a Lei 11.326/2006, fica descredenciado como agricultura familiar. Mas a de convir que já existam discussões quanto à sua classificação e identificação. Se o conceito de agricultura familiar está na arte de cultivar a terra, agricultura familiar é a família envolvida nesse processo de cultivo da terra. Assim mencionado por Lima et al (2006, p. 59) esclarece que “Agricultura familiar é hoje o que predomina no Brasil quando se refere aos que vivem no campo, que trabalham com a família, em pequenas áreas de terra ou não, produzindo prioritariamente para a reprodução da força de trabalho familiar”.

Portanto, neste estudo mesmo que algum agricultor tenha sua propriedade superior aos 4 módulos fiscais este será considerado como agricultura família, pois possui características que o identifique e o assegure no grupo, conforme foi citado acima por Lima et al.

Tabela 2 – Atividades realizadas na propriedade

Atividades	Quantidade	(%)
Produção de Leite	20	57
Avicultura	5	14
Suinocultura	4	11
Piscicultura	3	9

Vendas Internas (feiras)	2	6
Arrendamento	1	3
Total	35	100

Fonte: os autores, 2015.

Na tabela 2, evidenciou-se que, como objeto da pesquisa a produção de leite, todos os produtores pesquisados produzem leite e também optam por outras atividades. É muito comum na agricultura familiar o produtor trabalhar em sua propriedade com mais de uma atividade. As diversas atividades produzidas por esses agricultores é uma característica da pluriatividade. Conforme Schneider (2003, p. 112), define “Pluriatividade como um fenômeno através do qual membros das famílias que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades”, que nada mais é, que a diversificação das atividades rentáveis do negócio. É através dela que os membros das famílias de agricultores, que residem no meio rural, optam pelo exercício de diferentes atividades, ou ainda, optam pelo exercício de atividades não agrícolas.

Observa-se na tabela 2 que em segundo lugar vem avicultura com 14%, abaixo a suinocultura 11% e a piscicultura com 9%, essas atividades é muito comum nas propriedades da região. Entre os pesquisados, 6% responderam que realizam feiras, onde vendem a produção da propriedade, já os outros agricultores vendem suas produções a leiteiros e queijeiros, profissionais que comercializam esses produtos no município. Apenas 1, ou seja, 3% dos pesquisados, realiza o arrendamento de suas terras.

Tabela 3– Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Questões	Quantidade	(%)
Conhece	10	50
Não conhece	2	10
Já utilizou	4	20
Atualmente é um beneficiário do programa	4	20
Total	20	100

Fonte: os autores, 2015.

Conforme tabela 3, apurou-se que 50% dos entrevistados conhecem o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), sendo uma medida do Governo Federal adotada em âmbito nacional para que atendesse as especificidades desse segmento. 20% responderam que já utilizou e outros 20% atualmente é um beneficiário do programa. Apenas 10% não o conhecem.

Desses 20% que já utilizou e os 20% que são beneficiários atualmente, perguntamos em que foi destinado o recurso financeiro. Conforme tabela 4, abaixo:

Tabela 4 – Em que foi destinado o recurso financeiro (PRONAF)?

Respostas	Quantidade	(%)
Vacas leiteiras	7	88
Ordenha	0	-
Piscicultura	1	12
Maquinários	0	-
Irrigação	0	-
Outros	0	-
Total	8	100

Fonte: os autores, 2015.

Observou-se que, 88% dos entrevistados responderam que o recurso financeiro foi gasto na compra de vacas leiteiras, que estão hoje em lactação e 12% em piscicultura.

Tabela 5 – Quanto à profissão contábil, considera necessária para atividade rural?

Respostas	Quantidade	(%)
SIM	5	25
NÃO	5	25
ÀS VEZES	10	50
Total	20	100

Fonte: os autores, 2015.

Conforme a tabela 5, com esta pergunta evidenciou o quanto os agricultores familiares conhece ou não da profissão contábil. Evidenciou-se que 50% dos agricultores pesquisados

responderam “às vezes” por considerar a profissão necessária somente para o cumprimento de suas obrigações fiscais, principalmente no momento do Imposto Territorial Rural, declaração anual realizada nos meses de agosto a setembro, como forma de cumprir com as exigências do governo. E 25% responderam que “sim”, que a consideram importante, mas não manifestaram maiores apreços e 25% que “não” consideram necessária para a atividade desempenhada.

Tabela 6 – Utiliza a contabilidade como forma de controlar e organizar a propriedade?

Respostas	Quantidade	(%)
SIM	0	-
NÃO	20	100
ÀS VEZES	0	-
Total	20	100

Fonte: os autores, 2015.

Constatou-se que ao serem questionados quanto à utilização da ferramenta contábil como forma de controle e organização na propriedade os agricultores foram unânimes em responder que “não” utilizam, conforme tabela. Percebe-se, no diálogo informal, nas respostas uma grande barreira quanto ao entendimento da palavra “contabilidade”.

Não obstante e conforme tabela 7, questionou-se sobre o controle de suas contas, se utiliza de alguma forma de registros. Observa-se que uma incoerência surgiu.

Tabela 7 – Quanto ao controle de suas contas, você utiliza alguma forma de registro?

Respostas	Quantidade	(%)
Anotações em cadernos	11	55
Anotações em livros diários	0	-
Anotações em livros caixas	0	-
Anotações em livros conta corrente	0	-
Grava tudo na memória	8	40
Utiliza de programa de gestão financeira	0	-
Anoto, mas sem muita frequência	1	5
Total	20	100

Fonte: os autores, 2015.

A contabilidade tem suas normas baseadas na orientação, controle e registro dos atos e fatos ocorridos e praticados de qualquer natureza, ou seja, jurídica ou física.

Os agricultores percebem a contabilidade apenas de forma distante, ou seja, para eles os simples registros que são feitos em seus cadernos de anotações, mesmo que, seja sem muita frequência não são registros contábeis. Para Lima et al (2001), há um controle por parte dos agricultores familiares, porém realizado de maneira informal.

Conforme tabela 7, 55% responderam que o controle de suas contas é registrado por meio de anotações em cadernos, utilizando um pequeno caderno espiral. 40% dos entrevistados responderam que grava tudo na memória. Conforme Lima et al (2001, p. 43) dizem: “Praticamente ninguém possui registro contábil das suas atividades. Todas as informações estão na memória do agricultor e dos demais membros da família”. 5% responderam que realizam anotações, mas sem muita frequência. O qual entende-se ser insuficiente para determinar o resultado, seja ele positivo ou negativo.

Tabela 8– Ao fazer as anotações, elas ocorrem somente quando?

Respostas	Quantidade	(%)
Efetua suas compras	0	-
Efetua suas vendas	3	15
Realiza um investimento	0	-
Adquire um financiamento	0	-
Todas as vezes que compra e vende	0	-
Controle de recebimentos e pagamentos	0	-
Todas as vezes que compra, vende e faz pagamentos	9	45
Anota exclusivamente os documentos para declarar o Imposto de renda, ITR	0	-
Não anota, grava tudo na memória	8	40
Total	20	100

Fonte: os autores, 2015.

Na tabela 8, quando questionado ao agricultor, se ao fazer as anotações elas ocorrem somente quando, 45% responderam que todas as vezes que compra, vende e/ou faz

pagamentos é realizado o registrado. Outros 15% responderam que essas anotações ocorrem somente quando efetua suas vendas. E 40%, como já pode-se observar na tabela 10, não anota, grava tudo na memória, realizam o controle de maneira informal.

Tabela 9 – Na gestão do seu negócio, você?

Respostas	Quantidade	(%)
Faz anotações para tomar decisões	11	55
Tem dificuldades na tomada de decisões	0	-
Faz separação dos gastos pessoais dos gastos do seu negócio	1	5
Costuma realizar orçamentos	6	30
Não souberam responder	2	10
Total	20	100

Fonte: os autores, 2015.

Observa-se na tabela 9, que 55% dos agricultores entrevistados, na gestão do seu negócio, fazem anotações para tomar decisões. 5% faz separação dos gastos pessoais dos gastos do seu negócio, 30% responderam que costuma realizar orçamentos, levantando dados para a realização de sua produção, e 2 agricultores, ou seja, 10% não souberam responder. Constatou-se o desconhecimento da palavra “gestão”, por parte de alguns agricultores, compreendendo mais a palavra “administração”.

Tabela 10 – Na criação do gado, o controle dos seus gastos com os animais são registrados?

Respostas	Quantidade	(%)
SIM	4	20
NÃO	13	65
ÀS VEZES	3	15
Total	20	100

Fonte: os autores, 2015.

Conforme tabela 10, ao se questionar, se os controles com os gastos dos animais são registrados, 65% responderam que não, 20% que sim e 15% às vezes.

Tabela 11 – Você controla o estoque de produtos e insumos?

Respostas	Quantidade	(%)
SIM	5	25
NÃO	13	65
ÀS VEZES	2	10
Total	20	100

Fonte: os autores, 2015.

Constatou-se, na tabela 11, que 65% dos agricultores, questionados sobre o controle de estoque, responderam que não, 25% que sim e 10% às vezes realiza o controle de estoque dos produtos e insumos de sua produção.

Tabela 15– Você sabe se sua atividade deu lucro ou prejuízo?

Respostas	Quantidade	(%)
SIM	15	75
NÃO	1	5
ÀS VEZES	4	20
Total	20	100

Fonte: os autores, 2015.

Verificou-se, na tabela 12, quando questionado sobre a questão de saber se sua atividade deu lucro ou prejuízo, ou seja, se o agricultor consegue ou não saber o resultado do exercício, obteve-se um número expressivo, 75% afirmaram que sempre conseguem saber seu resultado, 20% responderam às vezes sabem o resultado, mas por não utilizar de nenhum registro ou ferramenta, fica com dúvidas quanto ao resultado. E 5% não sabem quando obteve lucro ou prejuízo. Neste aspecto a contabilidade traz uma ferramenta com grande importância, como por exemplo, a demonstração do resultado do exercício (DRE), onde é confrontado todas as receitas menos as despesas e custos do período.

Tabela 13 – Você participa de eventos, palestras, cursos que tragam novidades para os produtores rurais?

Respostas	Quantidade	(%)
SIM	5	25
NÃO	15	75
ÀS VEZES	0	-
Total	20	100

Fonte: os autores, 2015.

Constatou-se, na tabela 13, quando foi perguntado sobre a participação em eventos, palestras, cursos entre outros, 75% responderam que não participa, devido a não serem informados, demonstrando-se interesse em participar. 25% disseram que sim, sempre participa achando muito gratificante. Percebe-se o interesse desses agricultores em aprendizagem e em participar desses cursos. Um dos motivos pela qual os agricultores enfrentam dificuldades e obstáculos em controlar e apurar o resultado de suas produções é pela falta de conhecimento do assunto.

Tabela 14 – Como você decide em efetuar investimentos?

Respostas	Quantidade	(%)
Consulta informações da contabilidade	0	-
Consulta apenas minhas anotações	3	15
Consulta minha família	9	45
Não faço nenhuma consulta	8	40
Total	20	100

Fonte: os autores, 2015.

Na tabela 14, foi questionado como o agricultor decide em efetuar investimentos em suas propriedades. Constatou-se que 45% dos pesquisados consulta a família na hora de efetuar investimentos, muito característico na agricultura familiar, onde todos os membros da família participam da produção e administração da propriedade. 40% não faz nenhuma consulta, e 15% consulta apenas suas anotações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se com base nos dados coletados e levantados que a metade dos agricultores considera a profissão contábil necessária somente para o cumprimento de suas obrigações fiscais, principalmente no momento da declaração do imposto territorial rural. A outra metade ficou dividida em não consideram a profissão necessária para atividade rural e os que responderam sim, porém não manifestaram maiores apreços. Com unanimidade os agricultores responderam que não utilizam da ciência contábil como forma de controlar e organizar sua propriedade. Da mesma forma, verificou-se que cem por cento dos agricultores familiares produtores de leite do município de Guapó - GO ainda administra suas atividades na informalidade e/ou com anotações em um caderno.

Verificou-se também por meio da revisão da literatura que a contabilidade tem suas normas baseadas na orientação, controle e registro dos atos e fatos ocorridos e praticados por qualquer natureza, seja ela jurídica ou física. Da mesma forma, constatou-se que cinquenta e cinco por cento dos agricultores utilizam como controle de suas contas o registro de anotações em pequenos cadernos espirais. Também responderam que essas anotações são para tomadas de decisões. Os que não utilizam este registro, suas informações estão gravadas na sua memória e de seus familiares.

Constatou-se também que os agricultores que possuem seus registros de anotações em cadernos elas ocorrem somente quando é realizado compra, venda e pagamentos. Sendo também somente quando são efetuadas suas vendas. Percebe-se que a maioria desses agricultores sabe quando sua atividade apresentou lucro ou prejuízo, embora não se utilizam diretamente da contabilidade.

Conclui-se, portanto, que ainda há uma resistência muito grande, por parte dos agricultores familiares produtores de leite em adotar a contabilidade como registro e ferramenta de administração. Neste contexto, entende-se que um trabalho realizado pela classe contábil seria útil para mostrar a estes agricultores a importância da contabilidade como ferramenta para administração de suas atividades, a fim de atingir um melhor desempenho financeiro de suas produções.

REFERÊNCIAS

- ALTAFIN, Iara (et. al) . **Produção Familiar de Leite no Brasil: Um estudo sobre os assentamentos de reforma agrária no Município de Unaí (MG)**. Revista UNI, Imperatriz – MA, ano 1, volume 1, p. 31-49, 2011.
- BRASIL. Lei 11.326, de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2006/Lei/L11326.htm> Acesso em: 15 ago. 2015.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Pronunciamento Técnico CPC 29 – Ativo biológico e produto agrícola**. Conselho Federal de Contabilidade. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=60>>. Acesso em: 27 set. 2015.
- CREPALDI, S. A. **Contabilidade Rural: uma abordagem decisorial**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- CRESTANA, S.; SOUSA, I. S. F. Introdução. In: SOUSA, I. S. F. (Ed.). **Agricultura Familiar na dinâmica da pesquisa agropecuária**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. p. 11-23.
- FEA/USP. **Contabilidade Introdutória**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GUANZIROLI, C.; CARDIM, S. E. (Coord.). **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil redescoberto**. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA, fev/2000. 74 p. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/censo-95-v-final-2000.pdf>> Acesso em 20 de set. 2015.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/Brasil_censoagro2006.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=520920&search=goias|guapo>>. Acesso em: 25 ago. 2015.
- JANK, Marcos Sawaya; GALAN Valter Bertini. **Competitividade do sistema Agroindustrial do leite**. 1998. In Programa de estudo dos negócios do sistema agroindustrial. Disponível em: <http://www.fundace.org.br/leite/arquivos/projetos_priorizados/elaboracao_competitividade_e_industrial/bibliot/vol_ii_Leite%20Competitividade_jank.pdf>. Acesso em 26 set 2015.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **A metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2005.
- LANDAU, Elena Charlotte. et al. **Varição geográfica do tamanho dos módulos fiscais no Brasil**. Sete Lagoas: Embrapa Milho e Sorgo, 2012. Disponível em <<http://aiba.org.br/wp-content/uploads/2014/12/Varia%C3%A7%C3%A3o-Geogr%C3%A1fica-do-Tamanho-dos-Modulos-Fiscais-no-Brasil-Embrapa.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2015.
- LIMA, Arlindo Jesus Prestes de; et al. **Administração da unidade de produção familiar: modalidades de trabalho com agricultores**. 2 ed. Ijuí: Unijuí, 2001.
- LIMA, J. R. T. de; et al. **Extensão Rural, desafios de novos tempos**. Agroecologia e sustentabilidade. Série: Educação e Economia Solidária. Bagaço, Recife, 2006.
- MARION, J. C. **Contabilidade Básica**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

Contabilidade Rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda pessoa jurídica. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

NASCIMENTO, Fabio Nunes (et. al). **Planejamento Estratégico em uma Pequena Propriedade Produtora de Leite.** SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Porto Alegre - RS, 2009. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/719.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2015.

PONCHIO, Leandro Augusto; GOMES, Alexandre Lopes; PAZ Erica da. **Perspectivas de consumo de leite no Brasil.** São Paulo: CEPEA, julho 2005.

SCHNEIDER, S. **Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-121, 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23 ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 2007.